



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE  
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS**

**ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

1 A 4ª Reunião Extraordinária do Conselho de Recursos Hídricos teve lugar no Espaço  
2 Verde da FEPAM, na Rua Carlos Chagas nº 55, 11º, às 14 horas do dia 19 de novembro  
3 de 2002. Compareceram os seguintes integrantes: Cláudio Langone, Presidente deste  
4 Conselho; Volney Zanardi Jr., do Departamento de Recursos Hídricos da SEMA;  
5 Virginia Müzell, Secretária Executiva do CRH; Mariângela Corrêa Laydner, da  
6 Secretaria Estadual de Obras Públicas e Saneamento; Marcos Daniel de Aguiar, da  
7 Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento; Silvio Barbosa dos Reis, da  
8 Secretaria Estadual de Coordenação e Planejamento; Salzano Barreto de Oliveira, da  
9 Secretaria Estadual de Saúde; Luiz Antônio Timm Grassi, Presidente do Comitê Lago  
10 Guaíba; Sérgio Cardoso, Presidente do Comitê Gravataí; Isaac Zilberman, do Comitê  
11 Baixo Jacuí; Ivo Mello, Presidente do Comitê Ibicuí; Sidnei Agra, do Departamento de  
12 Recursos Hídricos e Gustavo Trindade, Assessor Jurídico da SEMA. A reunião teve  
13 início com a apresentação pelo presidente da justificativa da ausência do conselheiro  
14 Julio Thadeu Kettelhut, do Ministério do Meio Ambiente. Após, o presidente fez uma  
15 explanação sobre a importância da conclusão do processo de concepção das Agências de  
16 Região Hidrográfica, consubstanciado no Termo de Referência que, uma vez aprovado  
17 no CRH, deverá ser encaminhado à Casa Civil para que o próximo governo envie à  
18 Assembléia Legislativa, conforme norma recomendada pelo Sr. Governador para os  
19 projetos de lei em geral. A análise do CRH deverá ser feita sobre dois aspectos: o  
20 mérito e o encaminhamento. Após, o Presidente passa a palavra para o dr. Volney, que  
21 inicialmente aponta a substituição no texto da minuta de projeto de lei em seu artigo 1º  
22 da palavra “autarquia” por “fundação”, correção que já havia sido encaminhada por e-  
23 mail. Faz então um breve histórico do processo, desde a decisão na reunião do CRH em  
24 julho para dar andamento ao projeto, passando pelo seminário em 15 e 16 de agosto, que  
25 definiu as suas diretrizes de forma consensuada com todos os atores, e na seqüência a  
26 aprovação pelo CRH do relatório da Câmara Técnica, com a discussão posterior em  
27 todos os comitês e a formatação final integrando as propostas. Enfatizou que devido à  
28 complexidade atual do sistema, contando com 16 comitês instalados, é relevante que o  
29 papel da agência esteja bem claro para todos os atores. O conselheiro Sérgio Cardoso  
30 colocou a insatisfação dos comitês pela decisão de não enviar o projeto para a  
31 Assembléia ainda este ano, uma vez que houve um acordo anterior baseado no qual os  
32 comitês se empenharam para que esta meta fosse atingida. O Presidente explica que face  
33 à conjuntura política, foi avaliado pelo governo não ser adequado o encaminhamento  
34 antes das mudanças previstas. No entanto, esta é uma proposta que o governo coloca,  
35 que pode não ser a definida pelo Conselho. O governo considera que há legitimidade na  
36 posição dos comitês, e poderá ser feito o envio à Assembléia caso seja entendido assim.  
37 O conselheiro Grassi entende que nas negociações de transição há algumas propostas de  
38 continuidade, e que este projeto deveria ser colocado como uma prioridade, tendo em

39 vista que não há mais condições para o sistema continuar sem as agências. Caso fosse  
40 encaminhado à equipe de transição como prioridade, os comitês poderiam atuar para  
41 demonstrar seu interesse. A pior situação seria ser engavetado na Casa Civil. Propõe que  
42 além de encaminhar, o CRH recomende à mesa de negociações da transição e que os  
43 comitês sejam chamados para contribuir. O Presidente considera que apenas pela  
44 negociação das equipes de transição poderá ser evitada a interpretação pela base de  
45 sustentação do novo governo de que se trataria de um apressamento provocado para  
46 evitar a análise. O conselheiro Sérgio relata que foi manifestada aos componentes da  
47 equipe de transição do novo governo a posição dos comitês de serem agentes ativos para  
48 buscar a implementação do projeto, participando desta transição. O Presidente enfatiza  
49 que não é interesse do governo zerar o processo, e que se trata de projeto de importância,  
50 exigindo a continuidade dos avanços. Por isto é necessário haver uma perspectiva de  
51 comprometimento do novo governo. O conselheiro Ivo propõe que continue no CRH e  
52 que a partir de janeiro seja então encaminhado com a garantia de tramitação. O  
53 Presidente pergunta ao plenário se alguém entende imprescindível o encaminhamento à  
54 Assembléia este ano, e ninguém se manifesta. Conclui-se então que é interessante deixar  
55 o assunto no âmbito temático, pois o novo secretário tratará o projeto com mais atenção  
56 do que na Casa Civil. O conselheiro Isaac considera que o Conselho tem que fazer sua  
57 deliberação. Propondo uma resolução sobre o assunto para dar conclusão a esta etapa, o  
58 Presidente encerra a questão sobre o encaminhamento e passa às questões de mérito,  
59 solicitando que sejam feitos destaques. O conselheiro Grassi aponta a proposta do Comitê  
60 Santa Maria, sobre a localização das agências nas regiões hidrográficas, assim como a  
61 proposta do comitê Taquari-Antas, de que sejam os componentes do conselho  
62 administrativo ressarcidos das despesas, mas não remunerados. O conselheiro Salzano  
63 questiona o fato de todas as agências terem o mesmo estatuto. O Assessor Jurídico da  
64 SEMA explica a necessidade de haver um critério único para o seu funcionamento. O  
65 conselheiro Grassi entende que o estatuto proposto pelo CRH é após definido  
66 particularmente em cada um dos decretos. A proposta é aprovada por unanimidade,  
67 incorporando os destaques, será formatada como resolução e encaminhada formalmente  
68 pelo CRH à equipe de transição. A seguir passa-se à análise da resolução que trata do  
69 Grupo de Trabalho sobre o Comitê Gestor da Laguna dos Patos, que é aprovada com a  
70 alteração que prevê a participação de todos os comitês limítrofes. A resolução sobre a  
71 eleição das diretorias de comitês é discutida mas como os representantes dos comitês  
72 não entenderam estar o assunto ainda amadurecido, pediram vistas, solicitando que seja  
73 a mesma remetida diretamente a todos para que se faça a discussão. No item Assuntos  
74 Gerais o Presidente coloca que a tramitação do PL 1616 está bastante adiantada, com  
75 alterações propostas pela ANA que comprometem o sistema nacional. Propõe que o  
76 CRH identifique os movimentos a serem feitos para evitar aspectos que prejudiquem o  
77 sistema a tempo de incidir no Congresso. A Câmara Técnica ficou encarregada de fazer  
78 a análise, passando o material aos conselheiros e aos comitês. O conselheiro Grassi  
79 comunica que no dia 4 de dezembro será realizado um seminário na Câmara de  
80 Vereadores sobre o Plano da Bacia do Lago Guaíba. Foi comunicada também a  
81 realização do curso de capacitação para o Ministério Público do RS nos dias 19 e 20 de  
82 novembro, em parceria com a ANA. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião  
83 da qual eu, Virginia Müzell, Secretária Executiva do CRH, lavro esta ata.